

os respectivos candidatos tenham exercido as funções de magistrado do M. P., inclui nesta designação os adjuntos dos Sub-Delegados, a que se referem os arts. 135.º e 348.º n.º 2 do mesmo Estatuto. E observa que lhe parece que não, porque no art. 218.º do Estatuto Judiciário onde se indica a composição na magistratura do Ministério Público não há referência aos adjuntos dos Sub-Delegados.

Na verdade no citado art. 218.º do Estatuto Judiciário não se inclui a categoria de adjunto do sub-delegado a qual só vem mencionada nos arts. 135.º e 348.º n.º 2. Aquele art. 135.º pertence à Sub-Secção IV do Cap. III, do Tít. III intitulado «Da constituição, competência e funcionamento dos órgãos do Ministério Público» e o art. 348.º n.º 2, faz parte das disposições relativas aos exames para delegados do Procurador da República, equiparando o exercício de funções dos adjuntos dos sub-delegados às destes, às de delegado interino e às de Juiz Municipal.

Resulta das disposições citadas que embora o cargo de adjunto dos Sub-Delegados não figure na composição da magistratura do Ministério Público constante do já citado art. 218.º do Estatuto Judiciário, as suas funções são de magistrado do Ministério Público e equiparadas às dos sub-delegados.

Ora desde que o preceituado no § 3.º do art. 527.º do Estatuto Judiciário manda contar como tempo de tirocínio aos respectivos candidatos o tempo durante o qual tenham exercido as funções de magistrado do Ministério Público e as de Juiz Municipal, não se alcança motivo por que se devem excluir os que tenham exercido funções de adjunto dos sub-delegados.

Assim,

Sou de parecer que aos candidatos à advocacia se deve contar, como tirocínio, o tempo por que exerceram as funções de adjuntos de sub-delegados dos Procuradores da República.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1946.

Arnaldo Constantino Fernandes

SUMÁRIO — PODEM OS SUB-DELEGADOS DO PROCURADOR DA REPÚBLICA NOS JULGADOS MUNICIPAIS EXERCER A ADVOCACIA JUNTO DOS TRIBUNAIS DA COMARCA A QUE PERTENÇAM OS JULGADOS — EXCEPÇÃO FEITA DO TRIBUNAL DO PRÓPRIO JULGADO.

**Parecer do Dr. Fernando de Castro, aprovado em sessão
de 14 de Fevereiro de 1946**

O Dr. Francisco Xavier de Oliveira Júnior, notário no Julgado Municipal de Carrazeda de Anciães, inscrito na Ordem dos Advogados, pretende o parecer deste Conselho Geral sobre se pode ou não pode advogar na comarca de Vila Flor, a que pertence o Julgado.

Na exposição de fls. 2 sustenta doutamente a opinião afirmativa e explica que a sua consulta é devida a dúvidas, levantadas pelo Meretíssimo Juiz da comarca de Vila Flor, fundadas na circunstância de o Consulente ser também sub-delegado no Julgado Municipal de Carrazeda de Anciães.

A hipótese é contemplada no art. 562.º n.º 12 do Estatuto Judiciário, onde se estabelece que:

«o exercício da profissão de advogado é incompatível com as funções de:

Conservadores ou notários que exerçam as funções de Juiz Municipal ou sub-delegado do Procurador da República nos respectivos tribunais».

A solução depende, pois, da interpretação do transcrito preceito e, especialmente, da expressão final «nos respectivos tribunais».

Este preceito restringe direitos. Tem, por isso, natureza excepcional.

Consequentemente, deve aplicar-se restritivamente, apenas aos casos nele especificados.

Posto este princípio, e atendendo à letra e ao espírito da disposição legal, há-de reconhecer-se que não existe incompatibilidade no caso concreto da consulta.

A análise gramatical do n.º 12 do art. 562.º mostra que «respectivos tribunais» são, sem dúvida, os tribunais em que os conservadores ou os notários exercem as funções de juiz municipal ou de sub-delegado; e não outros.

Portanto, se o Consulente exerce funções de sub-delegado no Julgado Municipal de Carrazeda de Anciães, é neste Tribunal, e não em todos os Tribunais da comarca, que ele está inibido de advogar.

O espírito da lei não pode deixar de confirmar o resultado da interpretação gramatical.

A incompatibilidade, estabelecida na regra legal de que se trata, é relativa. Se dela deriva, para os notários, sub-delegados de Julgados Municipais, a proibição do exercício da advocacia «nos respectivos tribunais», é porque se permite que os mesmos notários advoguem em outros tribunais.

Ora, o art. 4.º do Código do Notariado determina que os notários apenas podem exercer a advocacia na comarca a que pertencer a sede do seu lugar.

Sendo assim, o entender-se que a expressão «respectivos tribunais», usada no n.º 12 do art. 562.º do Estatuto, significava todos os Tribunais da comarca, equivaleria a transformar em absoluta a incompatibilidade relativa formulada — pois os notários que exerçam funções de sub-delegados ficariam sempre proibidos de advogar.

É certo que o n.º 2 do cit. art. 562.º impede o exercício da advocacia aos juízes e Magistrados do Ministério Público de qualquer tribunal.

O consulente, porém, não é magistrado do Ministério Público, mas notário. Exerce as funções de sub-delegado, aliás independentemente de nomeação e posse, por inerência do seu cargo de notário (Estatuto Judiciário, art. 26).

Nestas condições, não lhe é aplicável o disposto daquele n.º 2.

Essa incompatibilidade estatuída no mencionado n.º 2 é que tem carácter absoluto.

Emprestar-se natureza também absoluta à incompatibilidade do n.º 12 corresponderia a admitir, visto o exposto, que a lei, no mesmo diploma e até no mesmo artigo, regulasse determinada situação em disposições distintas mas de igual alcance e que uma delas fosse completamente inútil.

O que era, evidentemente, contrário a princípios elementares de hermenéutica.

Pelos fundamentos expostos:

Acordam os do Conselho Geral da Ordem dos Advogados no parecer de que o notário Dr. Francisco Xavier de Oliveira Júnior pode legalmente exercer a advocacia junto dos Tribunais da Comarca a que pertence o Julgado de Carrazeda de Anciães, com excepção daquele em que exerce as funções de sub-delegado.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1946.

Fernando de Castro

SUMÁRIO — O USO DA TOGA É DIREITO EXCLUSIVO DOS ADVOGADOS E CANDIDATOS INSCRITOS NA ORDEM; E, POR ISSO, É VEDADO AOS ADVOGADOS DE PROVISÃO.

Parecer do Dr. Adolfo Andrade, aprovado em sessão
de 2 de Maio de 1946

O advogado e delegado da Ordem da comarca de Valpaços, Dr. António Augusto Veloso Martins, submete à apreciação do Conselho Geral a seguinte consulta:

«O uso da toga é exclusivo de advogados e candidatos, ou pode também aquele traje profissional ser usado por advogado provisionário?».

•

Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, tem incontestável interesse este assunto e carece de resolução a dúvida. Convém fixar dourina, não deixando o uso do traje profissional, quanto ao advogado provisionário, dependente da simples vontade de ele o envergar ou não. E por outro lado,